

Inaugurado Instituto Legislativo

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) foi inaugurado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo primeiro-secretário, Odacir Soares (foto). Sarney considerou o ILB um dos passos mais importantes da história do Parlamento brasileiro. Odacir Soares, por sua vez, destacou a importância da fusão de três órgãos encarregados do treinamento em um só instituto. **Página 4**



Simon: Adiamento do leilão da Vale é presente ao País

O adiamento do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi um presente dado ao País pelo presidente da República exatamente no dia em que se comemorou o centenário do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele cumprimentou Fernando Henrique por essa atitude e apresentou à Mesa requerimento propondo a realização de um seminário nacional de debates sobre a estatal.



Pedro Simon

Simon argumenta que, com o seminário, o Senado permitirá a explicitação de todas as correntes de pensamento sobre o propósito de privatizar a Vale. Na opinião do senador, a revelação de que foram descobertas "reservas fantásticas e inimagináveis de ouro e cobre" certamente pesou na atitude presidencial de adiar o leilão.

Simon argumenta que, com o seminário, o Senado permitirá a explicitação de todas as correntes de pensamento sobre o propósito de privatizar a Vale. Na opinião do senador, a revelação de que foram descobertas "reservas fantásticas e inimagináveis de ouro e cobre" certamente pesou na atitude presidencial de adiar o leilão.

Senado aprova recursos para combate à sonegação

Empréstimos do BID serão destinados a financiar projetos com o objetivo de aprimorar o sistema fiscal da União e dos estados

O plenário do Senado aprovou ontem pedidos de autorização para dois empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinados a financiar projetos da Receita Federal e dos governos estaduais com o fim de reduzir a sonegação fiscal.

O primeiro financiamento, de US\$ 500 milhões, destina-se ao Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal dos Estados, que buscará o fortalecimento da área tributária e a criação de condições para um cerco aos sonegadores de impostos. Os estados entrarão

com outros R\$ 500 milhões de recursos próprios. O outro empréstimo, para a Receita Federal, será no valor de US\$ 78 milhões.

Os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), Osmar Dias (PR), Valmir Campelo (PTB-DF) e Hugo Napoleão (PFL-PI) destacaram durante as votações a importância do aprimoramento do sistema fiscal dos estados e da União para ajudar no equilíbrio financeiro das contas públicas estaduais e federais. Lauro Campos (PT-DF) votou contra, argumentando que o endividamento externo poderá trazer problemas ao País.

Os senadores aprovaram também projeto de lei que fixa os salários básicos dos médicos e médicos veterinários da administração federal. O menor salário, por quatro horas de trabalho ao dia, será de R\$ 244,61 e o maior, de R\$ 524,30. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou os baixos salários dos médicos do serviço público e criticou a política de saúde do governo. Para ele, o dinheiro do SUS se destina a hospitais particulares conveniados com o governo.

Os senadores aprovaram também projeto de lei que fixa os salários básicos dos médicos e médicos veterinários da administração federal. O menor salário, por quatro horas de trabalho ao dia, será de R\$ 244,61 e o maior, de R\$ 524,30. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou os baixos salários dos médicos do serviço público e criticou a política de saúde do governo. Para ele, o dinheiro do SUS se destina a hospitais particulares conveniados com o governo.

Jungmann aceita dialogar com MST, anuncia Suplicy

Página 6

Comissão vai ouvir Itamaraty sobre seqüestro

Página 3

Lauro sugere incentivo ao cinema nacional

Página 3

Maldaner pede ação contra abusos dos bancos

"A desregulamentação deve funcionar a favor de um mercado saudável e não a favor de manipulações perversas", afirma o senador ao defender medidas do governo no setor

O regime de liberdade de preços não impede o combate a abusos como as diferenças que chegam a 2.153% nos custos de um mesmo serviço prestado pelos bancos. A advertência foi feita ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

A desregulamentação deve funcionar a favor de um mercado saudável e não a favor de manipulações perversas. E o abuso de preços é sinal de um mercado doente, além de crime configurado em nossa legislação - disse, ao pedir providências do governo.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o sistema financeiro do Brasil é um dos mais modernos e eficientes do mundo, mas não há justificativa para a cobrança de taxas tão elevadas. Ele também defendeu maior esclarecimento ao usuário.



Casildo Maldaner

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão da *PEC nº 54/95, que dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 102 da Constituição federal, que trata do efeito vinculante.

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (27.01.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quinto dia de discussão da *PEC nº 54/95, que dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 102 da Constituição federal, que trata do efeito vinculante.

Terça-feira (28.01.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de cinco projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos entre o Brasil e outros países.

Quarta-feira (29.01.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do *PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93.

COMISSÕES

Terça-feira (28.01.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Ofício nº "S" nº 114/96 (não terminativo), que encaminha solicitação da prefeitura do Rio de Janeiro para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTM-Rio), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997; e *Ofício "S" 004/97 (não terminativo), que encaminha solicitação da prefeitura de São Paulo (SP) para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo (LFTMSP), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1997. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1532-1/97, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1534-1/97, que dispõe sobre o número de Cargos de Direção e Funções Gratificadas das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Centros Federais de Educação Tecnológica

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1543-18/97, que dispõe sobre o número de Cargos de Natureza Especial de Cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções Gratificadas existentes nos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha

do relator. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1533-1/97, que extingue créditos oriundos de contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no valor e condições que especifica

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1535-1/97, que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do Banco Central do Brasil

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1536-21/97, que reduz o imposto de Importação para os produtos que especifica

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1539-27/97, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1540-20/97, que dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1537-34/97, que dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o parágrafo 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/91

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1538-36/97, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional (NTN) e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), instituído pela Lei nº 8.031/90, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177/91, e da Lei nº 8.249/91, e altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.249/91

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1541-20/97, que dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 52 da Lei nº 8.931/94, que dispõe sobre a amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da administração pública federal

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho

17h - CPI dos Títulos Públicos

Pauta: Depoimento do diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil, Alkimir Ribeiro Moura, e da técnica do Banco Central do Brasil no período 92/95, Luciane Valença Mizona. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão Especial da Reforma Política-Partidária

Pauta: Apreciação e votação do relatório final. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

CRE quer ouvir Lampreia sobre seqüestro

Também será convidado a depor na comissão o embaixador brasileiro no Peru, cuja participação no episódio o senador Pedro Simon, autor da iniciativa, busca esclarecer

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), quer ouvir o ministro das Relações Exteriores, Lufs Felipe Lampreia, e o embaixador do Brasil no Peru, Carlos Coutinho Perez, sobre o episódio da invasão da Embaixada do Japão naquele país e sobre a participação do embaixador brasileiro no episódio. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi aprovado ontem pela comissão.

Simon questiona o comportamento de Carlos Coutinho Perez, que teria voltado ao Brasil sem negociar com as autoridades peruanas uma solução para o seqüestro. O senador considera que ficou possível fazer-se uma interpretação de que o

embaixador deixou de cumprir algum compromisso acertado com os militantes do grupo revolucionário Tupac Amaru e com o restante dos reféns que permaneceram no cativeiro. A seu ver, os prisioneiros teriam depositado em fundadas esperanças no papel que poderia ser representado pelo diplomata brasileiro.

A CRE também aprovou proposta de Artur da Távola (PSDB-RJ) estabelecendo que, a partir de agora, será pública a exposição feita pelos indicados a ocuparem o cargo de embaixador. No entanto, a arguição e a votação que se seguem à exposição continuarão sendo secretas.

Na mesma reunião foram

aprovados os nomes de João Carlos de Souza-Gomes para embaixador do Brasil junto à Costa Rica; de Edgard Telles Ribeiro para embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia; de Arnaldo Carrilho, para exercer o cargo de embaixador junto ao Laos; e o de Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio para exercer o cargo de embaixador junto à Albânia.

Com parecer favorável de Geraldo Melo (PSDB-RN), a CRE ainda aprovou o texto do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul, assinado em Madri, em dezembro de 1995.

Comissão aprova indicação de embaixadores



Lauro Campos

Lauro propõe incentivo ao cinema nacional

Com o objetivo de "dar um ânimo ao cinema nacional", o senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou ontem projeto de lei destinando 2% da arrecadação das bilheterias de toda sessão cinematográfica que exiba filme estrangeiro de longa metragem ao Fundo Nacional de Apoio à Cultura, órgão do Ministério da Cultura.

Meu projeto visa justamente fazer uma transfusão de recursos para aumentar os investimentos em nossa cultura. O cinema é uma indústria, e há muitos anos o Brasil protege a indústria das coisas materiais. Nossa indústria cinematográfica fica no esquecimento porque não é mercadoria sofisticada, muitas vezes é uma mini-empresa que não consegue obter lucros diante da massificante concorrência estrangeira - disse.

Lauro Campos considerou uma feliz coincidência ter apresentado seu projeto quando o poeta Hamilton Pereira da Silva assume a Secretaria de Cultura do Distrito Federal. Disse que se trata de "uma pessoa extraordinária e ser humano dotado de qualidades que se tornam raras em nossa sociedade".

O senador leu o discurso de posse de Hamilton Pereira da Silva, e Marina Silva (PT-AC) aparteu para dizer o quanto a posse do novo secretário também a deixava feliz e emocionada.

Napoleão exalta luta de Barbosa Lima



Napoleão

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse ontem que o 100º aniversário do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, comemorado na quarta-feira, representa "um século de luta pela liberdade". Na opinião do senador, a vida desse jornalista "é uma versão exemplar da história brasileira".

Conforme Hugo Napoleão, ao lado das divergências políticas e ideológicas, "há identidade entre o publicista Barbosa Lima Sobrinho e o pensamento liberal". No entender do senador, o jornalista "é a expressão viva e intransigente da liberdade".

Cabral destaca inovação nas arguições de diplomata

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado deu importante passo ao decidir desmembrar as reuniões destinadas a apreciar indicações para as embaixadas brasileiras, disse o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ele explicou que haverá uma exposição pública, feita pelos diplomatas, e depois a arguição secreta, restrita aos membros da comissão. Estas reuniões, "por tradição", sempre foram integralmente secretas.

Conforme o senador, salvo quando a matéria for secreta, agora todos os senadores poderão ter acesso a "exposições primorosas" como as que foram feitas ontem de



Bernardo Cabral

manhã por José Carlos Souza-Gomes, aprovado para embaixador do Brasil na Costa Rica, e Edgard Telles Ribeiro, que assumirá a chefia da representação na Nova Zelândia.

A inovação foi aprovada por iniciativa do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), complementada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), informou Cabral. Ele cumprimentou os senadores pelo enriquecimento que a decisão proporcionará a todo o Senado.

Em aparte, o senador Pedro Simon disse que a decisão foi histórica e que pôde ser tomada por unanimidade devido ao "brilhanismo jurídico" com que Cabral fundamentou a constitucionalidade da proposta.

Inaugurado o Instituto Legislativo Brasileiro

Para o presidente do Senado, o novo órgão representa um dos passos mais importantes da história do Parlamento nacional. Odacir destaca salto de qualidade no treinamento

O presidente José Sarney e o primeiro-secretário do Senado, Odacir Soares, inauguraram ontem o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que reúne o antigo Cedesen (Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal) e as áreas de treinamento do Prodasen (Centro de Processamento de Dados) e do Cegraf (Centro Gráfico).

Sarney manifestou a expectativa de que o órgão se constitua "em um grande centro de excelência no terreno das idéias políticas e na formação de recursos humanos". Ele elogiou o quadro de servidores do Senado, e disse esperar que os funcionários do ILB orgulhem-se do trabalho que fazem em favor da Nação e da grandeza da instituição.

O presidente disse também que o novo instituto é um dos passos mais importantes da história do Parlamento brasileiro. Lembrou que o Congresso americano tem órgão semelhante desde 1946, e informou que muitos parlamentos do mundo estão marchando nessa direção.

No início de seu pronunciamento, Sarney referiu-se à crise de desprestígio e perplexidade vivida pelos parlamentos



O diretor do ILB, Raimundo Pontes Cunha Neto, discursa na inauguração das instalações

e ressaltou que a democracia representativa está sofrendo grandes contestações.

- Com o desenvolvimento tecnológico, o avanço da ciência, criou-se um novo interlocutor na sociedade democrática, a opinião pública, com a mídia, organizações governamentais, entidades civis e grupos de pressão incorporando a função destinada historicamente ao parlamento, de representar o povo. Isso faz com que os parlamentos tenham necessidade de conviver com a nova realidade, de promover a interação com a comunidade, para que possam agregar a legitimidade do voto à legitimidade da sintonia permanente com a opinião pública. Se isso não for feito, o que ocorre é o envelhecimento do parlamento - afir-

mu.

Já o primeiro-secretário, senador Odacir Soares, destacou a importância de os três órgãos de treinamento do Senado estarem agora reunidos. Disse que as atividades de treinamento da Casa, na atual administração, deram um salto de qualidade e quantidade, com redução de custos, e justificou a substituição do Cedesen pelo ILB, afirmando que o novo instituto "se tornará um centro de referência para outras Casas legislativas".

Odacir Soares informou que há dois convênios em andamento: um com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que cederá instrutores nas suas áreas de especialidade, e outro, a ser ainda assinado, com o Centro de

Desenvolvimento Legislativo da Universidade de Albany, Nova York.

- Tenho certeza - acrescentou - de que os servidores do antigo Cedesen farão do ILB um novo marco na administração pública brasileira.

Por sua vez, o diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia, citou metas da atual administração - a reforma administrativa, a TV e a Rádio Senado e o ILB - e disse sentir orgulho pela missão cumprida.

Participaram também da cerimônia a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) e os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Ernandes Amorim (RO) e Ney Suassuna (PMDB-PB), além de embaixadores e diretores do Senado.

ILB servirá também aos estados e municípios

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) servirá ao Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal. De acordo com a nova estrutura, poderão ser estabelecidos convênios e projetos conjuntos com universidades e escolas de todo o Brasil e do exterior. Será dada ênfase ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os parlamentos do Mercosul.

Vários cursos serão oferecidos em caráter permanente pelo ILB, como os de Técnica em Gramática e Redação,

Acompanhamento de Execução Orçamentária, Licitações e Contratos na Administração Pública, Organização de Eventos, Cerimonial e Protocolo, e Processo Legislativo. O diretor-executivo do instituto, Raimundo Pontes Cunha Neto, estima que serão treinados, mensalmente, entre 300 e 350 servidores. O órgão irá promover também, a exemplo do que já vinha fazendo o Cedesen, seminários sobre temas como auditorias em planos de saúde e sistema orçamentário brasileiro.

O ILB está instalado em um prédio próximo à sede da Subsecretaria de Edições Técnicas, e tem 25 funcionários. Possui três salas de treinamento, cinco salas de aula, uma sala de informática e uma destinada aos professores, um auditório, uma sala de audiovisual, além de espaço para a diretoria executiva e a administração.

Na solenidade de inauguração, Raimundo Pontes Cunha Neto afirmou que em 1996 o Cedesen treinou 1.965 servidores, número superior em

duas vezes e meia à média de anos anteriores. Os treinados, ressaltou, tiveram seu desempenho profissional alterado, com uma melhor produtividade e o aperfeiçoamento de seu conhecimento.

- Nesse contexto - acrescentou -, o Cedesen transforma-se agora no Instituto Legislativo Brasileiro, um instrumento que possibilitará ao cidadão brasileiro receber, dos servidores do Poder Legislativo de todas as esferas, maior competência e profissionalismo.

Arruda elogia desempenho da Mesa Diretora do Senado

Trabalho de dois anos mudou a imagem da Casa, observa senador, citando realizações como a criação do Instituto Legislativo Brasileiro

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) elogiou ontem o trabalho do presidente do Senado, José Sarney, e de todos os que compuseram a Mesa Diretora da Casa nos últimos dois anos, afirmando que a instituição ganhou maior aproximação com o eleitorado, dispondo agora de mais visibilidade e respeito.

Ele citou várias realizações da Mesa Diretora, entre elas a inauguração do Instituto Legislativo Brasileiro, que em sua opinião será um valioso instrumento de pesquisa. Con-



Arruda

forme Arruda, há alguns anos, quando se falava de excelência no serviço público, os órgãos lembrados eram o Itamaraty e o Banco do Brasil. O senador entende que agora se acrescenta o Senado.

- Esse trabalho de dois anos mudou a imagem do Senado, e a inauguração do Instituto Legislativo é talvez o passo mais importante para o fortalecimento da democracia representativa. O Brasil ganha um centro de excelência significativo na construção do seu futuro. E é preciso registrar a importância

de Sarney à frente do Congresso e do Senado. Não fosse sua postura, não teríamos aprovado as reformas que estão mudando este país - frisou.

Conforme Arruda, o número de matérias votadas nesses dois anos supera em muito a média das outras legislaturas e só é comparável ao ritmo de trabalho praticado durante a Constituinte. Ele elogiou a criação da TV Senado, da Rádio Senado, da Agência Senado e do serviço *A Voz do Cidadão*. Ressaltou também a modernização do Prodasen, e afirmou: "Há de se reconhecer, em primeiro lugar, o privilégio de o Senado ser presidido por José Sarney".

A Voz do Cidadão recebe em dois dias 300 ligações

Em apenas dois dias de funcionamento, o número de telefone que pode ser utilizado pelo cidadão para avaliar a atuação dos senadores recebeu mais de 300 ligações, informou ontem o presidente do Senado, José Sarney.

Segundo Sarney, esse canal direto entre o Senado e a população permite ao cidadão opinar, questionar, colaborar, censurar e aplaudir. "O resultado dessa experiência foi animador", acrescentou o presidente, para quem o Parlamento "não pode mais se encastelar".

O serviço, chamado *A Voz do Cidadão*, está funcionando em caráter experimental desde a última segunda-feira, dia 20. De segunda a sexta-feira, das 10 às 19h, qualquer pessoa pode ligar para 0800-612211 e expressar sua opinião sobre o trabalho dos senadores.

Sarney e Odacir visitam instalações do Projeto Cisne

O presidente e o primeiro secretário do Senado, senadores José Sarney e Odacir Soares, visitaram ontem as instalações do Projeto Cisne, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas visando a melhorar a qualidade de vida do servidor. O diretor da Subsecretaria, Vinicius Becker, explicou que o projeto engloba atividades físicas como ginástica laboral, caminhada e corridas, além de *yoga* e *tai chi chuan*, entre outras.

As atividades serão desenvolvidas no Galpão 6, próximo ao Serviço Médico do Senado. A prática de *yoga* e *tai chi chuan* começa já na próxima quinta-feira (dia 30), funcionando provisoriamente - até que se adapte o espaço no galpão - no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro, próximo ao Serviço Médico. *Yoga* estará sendo oferecida às terças e quintas-feiras, das 8h às 8h20, e das 18h30 às 19h. Já o *tai chi chuan* po-

derá ser praticado também às terças e quintas-feiras, das 8h20 às 8h40 e das 19h às 19h30. As inscrições podem ser feitas a partir desta segunda-feira na SSRP, ramais 3344 e 3388.

PALESTRAS

Nesta terça-feira (dia 28), o Projeto Cisne promove uma manhã de palestras e vivências, no Auditório Petrônio Portella. Das 9h30 às 9h50, o dr. Gustavo Luedemann falará sobre o tema "Diga não ao stress". Em seguida, até as 10h15, o dr. Moo Shong Woo oferece prática de *tai chi e do-in*. Das 10h20 às 10h45, o jornalista Edson de Almeida fala sobre "Yoga: o despertar da paz interior". Os temas "Condicionamento físico: caminhada e corridas" e "Ginástica no trabalho: bem-estar físico e mental" serão abordados das 10h50 às 11h30 pelos professores de educação física Manoel Simões Filho e Aldecilene Barretos.



Roberto Freire

Freire condena apoio da esquerda a Prisco Viana

O senador Roberto Freire (PPS-PE) manifestou-se ontem perplexo e constrangido com notícia de que setores da esquerda estariam apoiando a candidatura do deputado Prisco Viana à presidência da Câmara e que este teria defendido uma posição de maior independência do Legislativo em relação ao governo. O senador disse que gostaria de ver a notícia desmentida.

- Começamos a ter uma postura de perder a memória da luta contra a ditadura - lamentou. Segundo Freire, Prisco Viana "conhece bem isso" de submissão do Parlamento ao governo, pois foi secretário-geral da Arena no período militar.

O agravante do apoio, na opinião de Roberto Freire, é que Prisco Viana não foi "um estafeta qualquer". Ao contrário, foi e é "um intelectual orgânico da direita", observou.

Conforme o senador, depois da presidência de Lufs Eduardo Magalhães, qualquer candidato tem em seu programa a defesa da democratização do exercício do cargo. Roberto Freire também lamentou que os mesmos setores entusiasmados com a candidatura de Prisco Viana estejam afirmando que "hoje estamos pior que na ditadura", perdendo a memória, segundo o senador, ao ponto de apoiar um de seus principais sustentáculos.

Suplicy: Jungmann aceita retomar diálogo com MST

Ministro se manifesta disposto a negociar em face da desocupação do prédio do Incra em São Paulo, segundo o senador

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou ao plenário que o ministro extraordinário da Reforma Agrária, Raul Jungmann, está disposto a retomar o diálogo com o Movimento dos



Eduardo Suplicy

Sem-Terra. Essa disposição foi transmitida ontem pelo ministro à comissão de senadores e deputados que esteve no município de Ourilândia, no Pará, onde três agricultores foram assassinados.

A retomada do diálogo decorre da decisão dos sem-terra de deixarem o prédio do Incra em São Paulo. O prédio foi ocupado por eles para pedir que o governo apresse a liberação de um financiamento destinado à compra de uma fábrica de farinha pelos agricultores. Ontem mesmo, conforme Suplicy, o ministro mandou o delegado do Incra em São Paulo acelerar a concessão do financiamento.

Além de Suplicy, estiveram com Jungmann a senadora Marina Silva (PT-AC) e deputados que participaram da comissão que foi a Ourilândia.

Em aparte, Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou que cerca de 100 fazendas do Tocantins estão sendo invadidas pelos sem-terra. "O Tocantins está virando um estopim. Parece que os fazendeiros estão mesmo se armando. O Movimento dos Sem-Terra está assumindo posições que tendem a subverter a ordem."

Ademir responsabiliza governo por invasões

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que as invasões promovidas pelos trabalhadores do Movimento dos Sem-Terra são de responsabilidade do governo, "que nada tem feito para resolver a questão da reforma agrária no País".

Ele afirmou que a intenção de promover o desarmamento no sul do Pará, "conforme alardeado pelos ministros da Reforma Agrária, da Justiça e do Exército", demonstra não haver interesse das autoridades

em solucionar verdadeiramente o problema dos sem-terra.

- A operação de desarmamento é apenas um instrumento de propaganda do governo e, se colocada em prática, vai agravar ainda mais a situação de crise entre os grandes latifundiários e os que desejam um pedaço de terra para plantar e tentar sobreviver com dignidade - advertiu o senador.



Ademir Andrade

Ademir garantiu que o Movimento dos Sem-Terra "tem a solidariedade integral do PSB", e atribuiu o impasse nas negociações ao ministro Raul Jungmann. O senador leu

documentos assinados por representantes de trabalhadores rurais que criticam o desarmamento do sul do Pará e agradecem o apoio que Ademir Andrade vem oferecendo à reforma agrária.

Sistema ótico acaba com o extravio de bens

A introdução do sistema de código de barras para o controle de patrimônio acabou com a possibilidade de extravio dos bens do Senado Federal, algo considerado quase impossível diante da necessidade de vigilância de 42.516 bens num conjunto arquitetônico com mais de 100 gabinetes, dezenas de auditórios, plenários, um prédio de 28 andares e freqüentado diariamente por milhares de funcionários e visitantes.

A informação é do primeiro-secretário, senador Odacir Soares, que recebeu o relatório de um ano de funcionamento do novo sistema, dando por concluída uma missão até então "considerada impossível".

O antigo sistema de controle apresentava inúmeras falhas. Com o tempo, as plaquetas afixadas nos bens dificultavam a visualização numérica, dando origem a erros no inventário. Não havia conscientização dos funcionários responsáveis pelos bens. A movimentação dos bens era feita sem a devida comunicação prévia à Diretoria de Patrimônio. Uma plaqueta avariada ou desaparecida era substituída por outra com número diferente, criando um patrimônio fantasma jamais localizado.

Odacir explicou que o novo sistema de código de barras por leitura ótica impossibilita alterações por desgaste ou falsificação. Para complementar, 100% dos funcionários com cargo de chefia assinam termos de responsabilidade sobre os bens sob sua tutela. Assim mesmo, qualquer movimentação dos bens tem de ser obrigatoriamente comunicada à Diretoria do Patrimônio.

Mais importante ainda, observou o senador, é que na seção de Patrimônio, onde antes havia carência de pessoal para o controle dos bens, hoje há funcionários em número adequado às necessidades do serviço, sem que tenha aumentado o número de servidores.

Privatização da Vale do Rio Doce preocupa José Alves

O senador José Alves (PFL-SE) disse ser contrário à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Ele afirmou que não deve omitir-se diante do que considera ser "uma questão tão grave, cujas consequências poderiam comprometer definitivamente o patrimônio nacional".

Para José Alves, a necessidade de amortização da di-



José Alves

vida é do déficit público, com o objetivo de segurar o atual plano econômico, não pode justificar a venda da Vale.

- A dívida pública federal interna, que em junho de 1994

era de cerca de 70 bilhões, pulou para 131 bilhões em dezembro de 1996 e deverá alcançar 165 bilhões em dezembro deste ano, o que, somado à dívida externa, deve chegar aos

232 bilhões. Tais tendências me assustam, já que, a partir disso, o governo tenta justificar a venda da Vale do Rio Doce - alertou.

José Alves pediu ainda que o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, cumpra a promessa de enviar R\$ 11 bilhões para agilizar o Programa de Estratégias e Prioridades para o Desenvolvimento do Nordeste. Em aparte, o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), apoiou José Alves.

Recursos para flagelados são insuficientes, diz Júnia

Minas teve R\$ 8 milhões para a recuperação dos danos causados pelas enchentes, mas precisa de muito mais, segundo a senadora

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse ontem que são insuficientes os recursos no total de R\$ 17 milhões destinados pelo governo federal, por meio de medida provisória, para a recuperação dos danos causados pelas enchentes que sacrificaram Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro neste início de ano.

Ela explicou que, em seu estado - para o qual se destina-



Júnia Marise

ram R\$ 8 milhões -, 176 municípios foram atingidos pelas chuvas, resultando 40 mil desabrigados, 2 mil deles só em Belo Horizonte. Disse que um levantamento técnico feito pela prefeitura da cidade apurou que para reassentar as famílias desabrigadas serão necessários investimentos de no mínimo R\$ 17 milhões.

- Governador Valadares está arrasada, Conceição do Pará ficou

inteiramente submersa, assim como Santa Luzia. E eu indago: qual é o tamanho da sensibilidade do presidente da República diante das dificuldades dessas populações? Os bancos que deram calote foram socorridos pelo governo federal, que liberou R\$ 12 bilhões para salvar um sistema financeiro totalmente quebrado.

Na avaliação de Júnia Marise, R\$ 8 milhões para atender a quase 200 municípios certamente não serão suficientes para o reassentamento das famílias desabrigadas e, provavelmente, darão apenas para fornecer alimentos para esses flagelados.



Francelino Pereira

Arquivos de Castello agora são públicos

"O acervo de Castellinho passa para o domínio público, e certamente servirá de indispensável fonte de informação para os pesquisadores de nossa história recente", disse ontem o senador Francelino Pereira (PFL-MG), ao reportar-se à doação de mais de 2 mil documentos do jornalista Carlos Castello Branco à Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

Os documentos, conforme o senador, foram doados pela viúva do jornalista, a ex-ministra e ex-presidente do Tribunal de Contas da União, Elvira Castello Branco. São colunas e artigos publicados, durante os quase 50 anos de atividade profissional, pelo colunista falecido em 1993, além de farta correspondência com o escritor e amigo Otto Lara Resende.

- Trata-se de um acervo com registros inéditos dos bastidores do colunismo político no Brasil, que resumem a atividade profissional de um jornalista que exerceu honrada e brilhantemente sua profissão ao longo dos governos de 13 presidentes da República e de 146 Constituições: as de 1966, 1969 e 1988 - informou.

No acervo doado, destacam-se, na opinião de Francelino Pereira, os artigos publicados pelo *Jornal do Brasil*, durante 31 anos, na Coluna do Castello. "Leitura obrigatória de líderes políticos e empresariais e referência para todos aqueles interessados em conhecer os meandros das atividades político-administrativas e se manterem informados sobre os acontecimentos do dia-a-dia", frisou.

Mauro busca apoio a 69 municípios goianos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez apelo aos congressistas para que apoiem emenda do deputado Vilmar Rocha à Medida Provisória 1.562, que estende os benefícios da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) a 69 municípios goianos, situados na parte menos desenvolvida do norte e nordeste do estado.

Ele explicou que essa MP, ao prorrogar por mais 10 anos os incentivos fiscais para a Amazônia e o Nordeste, sem incluir o Centro-Oeste, amortece, pela superposição de benefícios concedidos aos primeiros, os efeitos positivos que teria em Goiás outra medida provisória, a que instituiu incentivos especiais para instalação de montadoras de veículos nas três regiões.

Segundo Mauro Miranda, é inaceitável que o Centro-Oeste continue sendo marginalizado das grandes políticas de incentivo ao desenvolvimento regional. Conforme disse, no confronto com os estados desenvolvidos do Centro-Sul, os problemas do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste são os mesmos, embora a Amazônia tenha a seu favor a Sudam, a Suframa e o Basa, e o Nor-

deste receba o apoio da Sudene e do Banco do Nordeste.

- Nós tínhamos a Sudeco, que foi extinta, e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste está muito longe de atender às nossas necessidades. No fim de

tudo, vamos ficar equiparados aos estados do Sul e do Sudeste, como se também fôssemos ricos - afirmou o senador, ao apontar outro dispositivo da medida pro-



Mauro Miranda

visória que, no seu entender, "prejudicará dramaticamente o Centro-Oeste".

Esse dispositivo, de acordo com o senador, estabelece que as agências financeiras federais, como a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e o BNDES, dêem prioridade aos investimentos nas regiões Norte e Nordeste.

Freitas quer recuperar rodovias do Piauí

Os senadores e deputados federais do Piauí reuniram-se ontem com o ministro dos Transportes, Alcides Saldanha, e com o diretor-geral do DNER, Maurício Borges, quando pediram a recuperação de rodovias federais que passam pelo estado. A comunicação foi feita ao plenário pelo senador Freitas Neto (PFL-PI). O senador



Freitas Neto

apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que destine verbas para melhoria das rodovias piauienses.

Odacir: Governo deve assumir planejamento familiar

"Ação inescrupulosa" de agências estrangeiras no controle da natalidade preocupa o senador, que teme os efeitos perversos do envelhecimento abrupto da população

O senador Odacir Soares (PFL-RO) voltou a advertir o governo para os riscos que corre o Brasil com a "ação inescrupulosa" de entidades não-governamentais e agências estrangeiras no controle da natalidade no País. Ele pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que "assuma definitivamente o comando do planejamento familiar, de modo a resguardar a dignidade da família brasileira e a soberania nacional".



Odacir Soares

Segundo Odacir Soares, a

Organização Mundial de Saúde prevê que no ano 2020 cerca de 32 milhões de brasileiros terão mais de 60 anos, enquanto especialistas brasileiros apontam os efeitos perversos do envelhecimento abrupto da população. "As preocupações imediatas voltam-se, naturalmente, para os sistemas de saúde e de previdência", explicou o senador, lembrando ser muito mais oneroso para o País cuidar de idosos do que de uma geração jovem.

- Para se ter uma idéia do

quanto é vertiginosa a desaceleração do crescimento demográfico, o epidemiologista carioca Alexandre Kalache, diretor do Programa de Envelhecimento da ONU, cita o exemplo da França, que precisou de 120 anos para que a proporção de pessoas com mais de 60 anos dobrasse de 7% para 14%. No Brasil, isso deverá ocorrer em apenas 24 anos - garantiu o senador.

Odacir disse que pesquisa realizada pela Bemfam demonstra que 40,1% das brasileiras em idade fértil - de 15 a 40 anos - foram esterilizadas. Na sua opinião, para evitar que

homens e mulheres "sofram coação em benefício de interesses espúrios", o governo brasileiro deve desenvolver uma política séria e responsável de planejamento familiar.

Entidades como Bemfam, Cfemea, Unicef, Pnud, ProPater e Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar, segundo o senador, "atuam como longos braços das nações poderosas, que querem sustar o crescimento populacional do Brasil, para que os países ricos possam dispor sempre de matérias-primas em maiores quantidades e em melhores condições".

Suassuna: Mais que apenas privatizar, moralizar

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que o Estado brasileiro não vem prestando serviços públicos eficientes e de boa qualidade, apesar da grande carga de impostos que a população e as empresas são obrigadas a pagar. A seu ver, o "vandalismo" tomou conta do País e todos os serviços públicos foram atingidos pela "falta de competência e pela corrupção".

Para Suassuna, "reorganizar moralmente o País" é a

saída para se conquistar a eficiência dos serviços públicos no Brasil e não simplesmente privatizar. A seu ver, é preciso também "modernizar setores importantes do Estado, profissionalizar os serviços através de treinamentos e pagar salários mais decentes".

- O sistema de saúde desmoronou, a rede de transporte foi reduzida a sucata e o



Ney Suassuna

sistema educacional público a baixíssimos níveis de qualidade. Nesse drama nacional, as camadas mais pobres da população são as mais prejudicadas e as que mais contribuem com os cofres públicos. Pesquisa realizada em 95 pela Fundação Getúlio Vargas concluiu que os impostos indiretos oneram mais o bolso dos brasileiros de baixa renda do que o dos

mais ricos - disse.

Conforme Suassuna, o consumidor brasileiro gasta 35 por cento de sua renda familiar mensal com pagamentos de impostos e a alíquota sobre os lucros das empresas é de 48,18 por cento, a terceira maior carga de impostos do mundo, mas, acentuou, o Estado não cumpre suas obrigações elementares. "O resultado é um total descrédito das instituições diante dos cidadãos", afirmou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES NEY SUASSUNA, NABOR JÚNIOR, ROMEU TUMA, JEFFERSON PERES, VALMIR CAMPELO, SEBASTIÃO ROCHA E FRANCISCO ESCÓRCIO

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney - **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos - **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros - **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim
Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares - Eduardo Suplicy - Emília Fernandes - Ney Suassuna

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heival Rios
Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos
Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento
Revisão - Lindolfo Amaral e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.